

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

SUMÁRIO

MILHO.....	2
FEIJÃO	2
SUÍNOS	3
BOVINOS.....	4
FRANGOS	5
OVOS.....	7
PERUS.....	9
MEL	11

A conjuntura agropecuária paranaense segue marcada por movimentos relevantes tanto no campo quanto nos mercados, combinando expectativas produtivas, ajustes de área, pressão de custos e dinâmicas comerciais que exigem atenção dos agentes do setor. As estimativas iniciais para a segunda safra de milho apontam possibilidade de novo recorde de área, ainda que cercada por incertezas climáticas e de calendário, especialmente em função do desempenho da soja. Ao mesmo tempo, a combinação de custos em elevação e preços em retração sinaliza margens mais apertadas para o produtor de grãos, cenário que também se reflete na redução da área cultivada de feijão, reduzindo o potencial produtivo do Paraná para essa cultura no ciclo atual.

No segmento pecuário, o Paraná mantém posição de destaque nacional, com crescimento expressivo na produção de carne

suína e recordes trimestrais tanto no abate quanto na disponibilidade interna, reforçando o papel do Estado como principal fornecedor do mercado doméstico, ao mesmo tempo em que amplia as exportações. A avicultura apresenta quadro mais heterogêneo: enquanto os custos de produção do frango mostram oscilações moderadas e o mercado interno segue absorvendo volumes crescentes, as exportações enfrentam leve retração em volume e receita, ainda que o Paraná preserve liderança absoluta no cenário nacional. Na avicultura de postura, as exportações seguem em patamar elevado, com diversificação de destinos, apesar dos impactos recentes de medidas tarifárias internacionais.

No setor leiteiro, mudanças regulatórias buscam responder às dificuldades enfrentadas pelos produtores, embora os preços pagos ainda sigam pressionados pela conjuntura de oferta. Complementam o cenário as cadeias de perus e mel, fortemente influenciadas pelo mercado externo, com destaque para variações de preços, volumes embarcados e efeitos de políticas comerciais. Em conjunto, os dados revelam um ambiente desafiador, porém dinâmico, no qual decisões de produção, mercado e política agrícola serão determinantes para o desempenho do agronegócio paranaense.

Boa leitura!

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025**MILHO***Adm. Edmar Wardensk Gervasio*

O Departamento de Economia Rural (Deral) divulgou as primeiras estimativas de plantio para a segunda safra de milho 2025/26. Os números iniciais indicam que a área plantada deve ser ligeiramente superior à do ciclo anterior, sinalizando, a princípio, uma nova marca histórica para a safra.

No entanto, o cenário ainda carrega um grau elevado de incerteza, especialmente na região Oeste do Paraná. Os efeitos do clima sobre a safra de soja podem ter alongado o ciclo da oleaginosa, o que gera dúvidas quanto ao cumprimento do calendário de colheita e, na sequência, à janela ideal para o plantio do milho segunda safra. Esse fator é decisivo e poderá influenciar diretamente o resultado final da cultura.

Segundo a estimativa preliminar, devem ser plantados 2,84 milhões de hectares e, em condições consideradas normais, a produção pode alcançar 17,4 milhões de toneladas. Esse cenário, contudo, deverá ganhar contornos mais definidos na próxima revisão do Deral, prevista para janeiro, quando a safra de soja já apresentar maior clareza quanto ao ritmo e ao período de colheita.

Outro ponto de atenção para o produtor é o aumento dos custos de produção. O levantamento realizado em novembro de 2025 aponta que o custo variável por saca de 60 kg

atingiu R\$ 38,74, ante R\$ 37,16 no mesmo período de 2024, representando um aumento de aproximadamente 4%.

Na contramão dos custos, os preços recebidos pelo produtor apresentaram retração. Em novembro de 2025, a saca de 60 kg de milho foi cotada, em média, a R\$ 53,44, valor cerca de 11% inferior ao praticado no mesmo período do ano anterior. Esse movimento combinado, de custos em alta e preços em queda, resulta em um estreitamento das margens de lucro, acendendo um sinal de alerta para a rentabilidade do produtor na atual conjuntura.

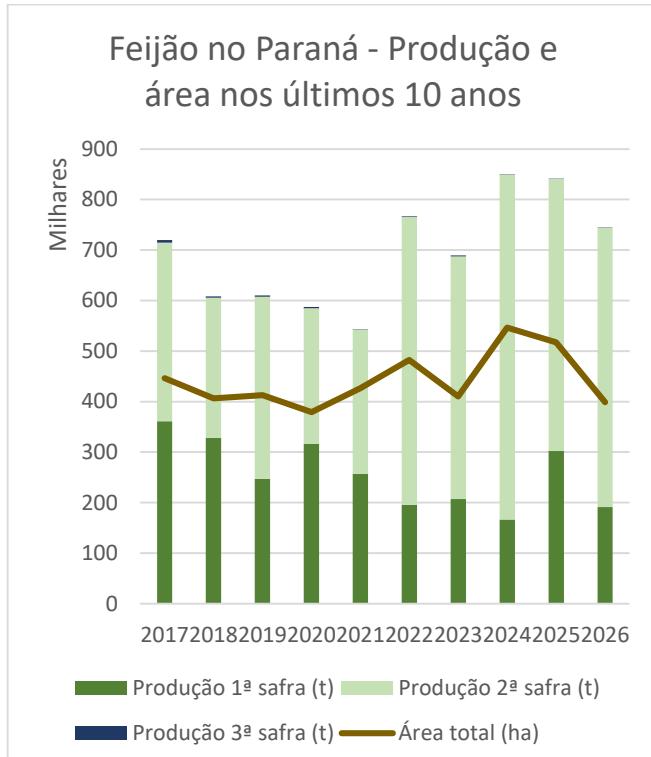
FEIJÃO*Eng. Agrônomo C. Hugo W. Godinho*

O Paraná, maior estado produtor de feijão no Brasil, tem um potencial de produção reduzido em ao menos 100 mil toneladas para o ciclo 2025/26. Depois de registrar dois anos de produção superior a 800 mil toneladas, o potencial de produção atual é de 745 mil, considerando as três safras paranaenses (água, seca e inverno), como mostra o gráfico. O principal elemento para redução da produção são os preços, que impactaram na área cultivada pelos produtores paranaenses.

Na primeira safra a redução foi de 38%, com 104 mil ha plantados ante 168 mil no mesmo período do ano anterior. Esta primeira safra, também conhecida como “das águas”, por ser semeada e colhida na época de maior

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

pluviometria, tinha expectativa inicial de produção superior a 200 mil toneladas – porém, alguns fatores climáticos já interferiram nas produtividades e a expectativa atual é de 191 mil toneladas.



Neste mês de dezembro foi divulgada a expectativa para a segunda safra, também chamada de safra “da seca”, especialmente por seu desenvolvimento se dar ao longo de meses nos quais o volume de chuvas diminui consideravelmente. A semeadura da safra da seca deve começar em breve e a expectativa inicial é de que sejam semeados 295 mil hectares, uma área 15% inferior no mesmo período do ciclo 2024/25. Apesar do recuo da área, é possível que se obtenham 554 mil toneladas de feijão caso as condições climáticas

favoreçam o desenvolvimento das plantas. A terceira safra, ou safra de inverno, tem uma área diminuta, de aproximadamente 500 há, e só deve ser semeada próxima do inverno.

De maneira agregada, a área plantada para o feijão deve recuar 23%, de 517 mil hectares para 399 mil. A expectativa atual é de uma oferta de 745 mil toneladas em 2026, ante 842 mil obtidas em 2025. Porém, enquanto os dados de 2025 já estão consolidados, com o clima ajudando na maior parte do tempo, apenas uma parte ínfima da safra de 2026 foi colhida, inclusive apresentando resultados abaixo do esperado. Sendo o Paraná o maior Estado produtor de feijão do Brasil, oscilações na produção local têm reflexos diretos na produção nacional, devendo ser refletidas nos próximos levantamentos da Conab e do IBGE.

SUÍNOS

Méd. Veterinária Priscila Cavalheiro Marcenovicz

No 3º trimestre de 2025, o Paraná registrou o maior crescimento absoluto na produção de carne suína entre os Estados, em comparação ao mesmo período de 2024, segundo dados da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do IBGE. De julho a setembro de 2025, a produção atingiu o volume recorde de 321,94 mil toneladas (t), um acréscimo de 21,72 mil t (7,2%) em relação ao 3º trimestre de 2024. Minas Gerais apresentou o segundo maior

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

crescimento absoluto (+20,13 mil t; +12,9%), seguido pelo Rio Grande do Sul (+17,53 mil t; +6,9%) e pelo Mato Grosso do Sul (+15,47 mil t; +22,4%).

A produção paranaense foi obtida a partir do abate de 3,34 milhões de suínos, quantidade recorde para um trimestre. Comparado ao mesmo período do ano anterior, foram abatidas 177,7 mil cabeças a mais (5,6%). Nesse indicador, Minas Gerais registrou o maior incremento absoluto (+202,49 mil suínos; +11,8%), seguido pelo Paraná e pelo Mato Grosso do Sul (+152,07 mil suínos; +20,4%).

No acumulado de julho a setembro de 2025, o Paraná destinou 19,4% de sua produção ao mercado externo, totalizando 62,31 mil t, o maior volume exportado em um trimestre, de acordo com dados do Agrostat/Mapa. Em relação ao mesmo intervalo de 2024, as exportações cresceram 9,24 mil toneladas (+17,4%). O Paraná ocupou a segunda posição entre os que mais ampliaram as exportações no período em números absolutos, ficando atrás apenas do Rio Grande do Sul, que registrou um aumento de 16,79 mil t (+21,3%).

Com esse desempenho, o Paraná também alcançou a maior disponibilidade interna de carne suína em um trimestre de sua história, desde o início da série, em 1997. Com o aumento da produção superando o crescimento das exportações, reforça-se o

papel do Estado como principal fornecedor de carne suína para o mercado interno.

BOVINOS

Méd. Veterinário Thiago De Marchi da Silva

Em outubro, foi aprovada a Lei nº 22.765/2025, que proíbe a reidratação de leite em pó importado no Estado do Paraná, tendo sido sancionada pelo Executivo estadual em 6 de novembro. A medida atendeu a uma reivindicação de diversas lideranças do setor leiteiro paranaense, em um contexto no qual os produtores vinham enfrentando quedas no preço pago pelo leite, consideradas incompatíveis com os custos de produção, especialmente nas pequenas e médias propriedades.

As importações do produto diminuíram no mês de novembro em comparação a outubro; ainda assim, permaneceram 150% superiores às registradas em novembro de 2024. Apesar dessa variação expressiva, o volume absoluto segue reduzido: segundo dados do Agrostat, no mês passado o Paraná importou apenas 125 toneladas de leite em pó.

No curto prazo, entretanto, essa redução nas importações ainda não se refletiu em valorização do preço pago ao produtor. Segundo a última pesquisa do Deral, realizada entre os dias 8 e 12 de dezembro, o preço médio

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

do leite pago ao produtor no Paraná apresentou queda de 2%, passando de R\$ 2,27 para R\$ 2,23 por litro em relação à semana anterior, após registrar recuos recorrentes ao longo do mês de novembro. Esse comportamento indica que fatores conjunturais, como o nível de oferta interna e as condições gerais de mercado, continuam exercendo pressão sobre a remuneração do produtor.

FRANGOS*Med. Veterinário Roberto Carlos Andrade e Silva*

CUSTOS DE PRODUÇÃO - De acordo com a Central de Inteligência de Aves e Suínos (CIAS) da Embrapa Suínos (CNPSA), o custo de produção do frango vivo no Paraná, criado em aviários tipo climatizados em pressão positiva, atingiu em novembro de 2025 o valor de R\$ 4,63/kg. Essa realidade representa uma elevação de 1,8% (+ R\$ 0,08/kg) em relação ao mês anterior (R\$ 4,55/kg) e uma retração de 3,3% (- R\$ 0,16kg) em comparação com outubro de 2024, cujo valor foi de R\$ 4,79kg.

O Índice de Custos de Produção de Frango (ICPFrango) foi de +358,40 pontos (base em janeiro de 2010 = 100 pontos) em novembro de 2025, representando uma alta de 1,68% em relação a outubro, que registrou 352,48 pontos, e uma queda de 2,2% em relação a novembro de 2024 (366,33 pontos). No ano, o ICPFrango acumulado atingiu uma

variação negativa de 3,30%. Nos últimos 12 meses, a variação foi de - 2,17%. Comparado ao mês anterior, o ICPFrango registrou alta nos gastos com ração das aves (+ 0,58%), na energia elétrica, calefação e cama (+ 3,02%) e na genética (+ 7,63%), porém, queda na mão de obra (0,03%) e estabilidade nos itens transporte e sanidade. Entretanto, considerando-se o acumulado do ano corrente, temos redução nos itens ração (-10,16%) e alta nos demais itens: genética (+ 17,06%), energia elétrica (+ 4,98%), transporte (+ 1,88%) e sanidade (+ 9,02%). No item transporte, a estabilidade prevaleceu.

Os custos com a nutrição dos animais tiveram uma retração de - 10,16% no ano e de 8,66% nos últimos 12 meses, representando 62,41% do ICPFrango. A aquisição de pintinhos de um dia – genética (com peso de 19,60% sobre o ICPFrango) teve alta de 17,04% no ano e de + 17,75% nos últimos 12 meses. Em novembro de 2025, o valor da alimentação foi de R\$ 2,98/kg, o que representou uma leve alta de 0,7% (+ R\$ 0,02/kg) em relação a outubro (R\$ 2,87/kg) e uma queda de 8,5% (- R\$ 0,18) em relação ao valor de igual mês de 2024 (+ R\$ 3,16/kg).

No Paraná (coeficientes técnicos: área 1.500m², peso 2,9 kg, mortalidade 5,5%, CA 1,7 kg, 6,2 lotes/ano), a alimentação dos frangos de corte, principal item no custo de produção, passou a representar 62,42% do custo total de produção (R\$ 4,63/kg).

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

Nos principais Estados criadores de frangos de corte e produtores de carne, os custos de produção em novembro de 2025 foram os seguintes: Santa Catarina (R\$ 5,08/kg) e Rio Grande do Sul (R\$ 5,06/kg), sendo o primeiro 0,2% menor em relação ao mês anterior (R\$ 5,09/kg) e o segundo igual ao custo total de outubro (R\$ 5,06/kg).

Em novembro de 2025, o preço nominal médio estadual do frango vivo ao produtor no Paraná foi de R\$ 5,02/kg, representando uma queda de 2,1% em relação a outubro (- R\$ 0,11), cujo valor foi de R\$ 5,13/kg e uma alta de 8,4% (R\$ 0,53/kg) sobre igual mês de 2024, cujo valor foi de R\$ 4,63/kg.

EXPORTAÇÕES - Segundo o Agrostat Brasil / Mapa, considerando os onze meses de 2025, as exportações brasileiras de carne de frango reduziram 3,1% em faturamento, atingindo um montante de US\$ 8,628 bilhões, em relação ao valor acumulado de 2024 (US\$ 8,905 bilhões). Entretanto, em termos de quantidade total exportada houve uma redução de 1,2% (2025: 4.666.173 toneladas e 2024: 4.722.622 toneladas).

No período analisado, o país exportou 88,6% de carne de frango na forma “in natura” – inteiros e cortes – e apenas 2,6%, na forma de industrializados (120.795 toneladas). Observou-se uma retração de 7,6% no volume de carne de

frango “in natura” exportada: 2025 (4.133.627 toneladas) e 2024 (4.472.789 toneladas). Do lado do faturamento do produto “in natura”, houve uma queda de 6,6% no acumulado dos onze meses do ano em curso (2025: US\$ 7,766 bilhões e 2024: US\$ 8,317 bilhões). O menor faturamento foi resultado principalmente do menor volume exportado (- 7,6%) e leve alta de 1% no preço médio da carne de frango “in natura” exportado (2025: US\$ 1.878,70/tonelada e 2024: US\$ 1.859,54/tonelada).

Os principais destinos da carne de frango brasileiro em 2025 (jan. a nov.) foram (volume / faturamento): 1º - Emirados Árabes Unidos (433.988 toneladas e US\$ 849,075 milhões); 2º - Japão (367.272 toneladas e US\$ 763,869 milhões); 3º - Arábia Saudita (362.601 toneladas e US\$ 866,262 milhões); 4º - África do Sul (287.616 toneladas e US\$ 197,572 milhões); e 5º - México (236.793 toneladas e US\$ 576,920 milhões). O desempenho dos cinco principais países importadores, foram (toneladas): Emirados Árabes Unidos (+ 2,2%); Japão (- 10,8%), Arábia Saudita (+ 6,3%), África do Sul (- 4,6%), e, México (+ 16%). Quando se vislumbra a realidade do faturamento com a exportação, a performance dentre os cinco principais importadores, foi a seguinte: Emirados Árabes Unidos (- 3,8%); Japão (- 4,3%), Arábia Saudita (+ 15,7%), África do Sul (+ 15,2%), e México (+ 11,6%).

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

No Paraná, observa-se queda tanto no volume exportado total (- 3,9%), como no faturamento (- 8,2%). Nos onze meses, os números foram: 2025 (volume: 1.913.048 toneladas / faturamento: US\$ 3,380 bilhões) e 2024 (volume: 1.991.037 toneladas / faturamento: US\$ 3,683 bilhões). Sobre a carne de frango “in natura” paranaense: 1.692.690 toneladas e US\$ 3,009 bilhões (40,9% do total exportado pelo país: 4.133.627 toneladas / faturamento: US\$ 7,766 bilhões), verifica-se um recuo no preço médio exportado, da ordem de 2% (2025: US\$ 1.777,59/tonelada e 2024: US\$ 1.81,99/tonelada).

O Paraná (1º produtor e 1º exportador), nos onze meses de 2025 continuou destacando-se no contexto nacional, com participação de 41% do volume exportado pelo Brasil e com 39,2% da receita cambial (US\$). Os outros três principais produtores e exportadores têm a seguinte posição (volume e faturamento): Santa Catarina (1.084.916 toneladas e US\$ 2,211 bilhões), Rio Grande do Sul (614.547 toneladas e US\$ 1,110 milhão), São Paulo (296.297 toneladas e US\$ 486,801 milhões) e Goiás (245.893 toneladas e US\$ 466,248 milhões). A performance exportadora dos outros quatro principais Estados destaque, sobre igual período do ano anterior, foi (toneladas): Santa Catarina (+ 1,7%), Rio Grande do Sul (- 3,2%), São Paulo (+ 8,2%) e Goiás (+ 12,4%).

PERSPECTIVAS - De acordo com as projeções da ABPA, a produção brasileira de carne de frango deverá totalizar 15,320 milhões de toneladas em 2025, número até 2,2% superior ao total de 14,972 milhões de toneladas produzidas em 2024. Para 2026, é esperado crescimento, com até 15,600 milhões de toneladas, alta de 2%.

As exportações devem crescer até 0,5%, projetando até 5,320 milhões de toneladas exportadas em 2025 (contra 5,295 milhões em 2024) e até 5,500 milhões em 2026, crescimento de 3,4% sobre o ano anterior.

No mercado interno, a disponibilidade de carne de frango poderá atingir até 9,980 milhões de toneladas em 2025, alta de 3,1% frente às 9,678 milhões de toneladas de 2024. Em 2026, a disponibilidade projetada é de 10,100 milhões de toneladas, número 1,2% maior em relação ao ano anterior. Com isso, o consumo per capita da proteína deverá passar dos 45,5 kg por habitante em 2024 para 46,8 kg em 2025 (+2,8%), chegando a 47,3 kg em 2026 (+1,2%).

OVOS

Med. Veterinário Roberto Carlos Andrade e Silva

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), as exportações brasileiras de ovos (considerando todos os produtos, entre in natura e processados) totalizaram 1.893 toneladas em novembro, 5,8% maior que o total exportado no mesmo período

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

do ano passado (1.789 toneladas). Em receita, as exportações do setor totalizaram US\$ 5,247 milhões em novembro, saldo 32,8% maior em relação ao décimo primeiro mês de 2024, com US\$ 3,953 milhões.

No acumulado de janeiro de 2025, o total dos embarques do setor chegou a 38.637 toneladas, volume 135,4% maior em relação ao ano passado, com 16.414 toneladas. Em receita, o total registrado até novembro chegou a US\$ 92,130 milhões, saldo 163,5% maior em relação aos onze primeiros meses de 2024, com US\$ 34,965 milhões.

Entre os principais destinos, o Japão ocupou a liderança em novembro, com 757 toneladas (+266,8% em relação ao ano anterior), seguido por México, com 284 toneladas (+51%), Chile, com 261 toneladas (-29,1%), Emirados Árabes Unidos, com 205 toneladas (-9,7%) e Uruguai, com 96 toneladas (-16,9%).

Tarifaço americano - No dia 9 de julho de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre produtos diversos provenientes do Brasil, a vigorar a partir de 6 de agosto, fato que também atingiu a avicultura de postura brasileira.

Essa nova realidade do país norte-americano, aconteceu na medida em que os EUA passaram a ser importador de ovos consumo, visando atender seu mercado interno

desabastecido, devido à ocorrência de “gripe aviária” (influenza aviária: H5N1), que resultou no extermínio de milhões de galinhas, desde o ano de 2015.

No mês de setembro, o impacto negativo do “tarifaço” sobre avicultura de postura mostrou a sua face ruim. Os EUA importou apenas 100 toneladas de ovos e gastou US\$ 80.027, volume e valores 41,2% e 72% menores, que aqueles de igual mês de 2024 (Volume: 170 toneladas e US\$ 285.700). Já em outubro do ano corrente, o efeito adverso do “tarifaço” sobre avicultura de postura brasileira continuou. Os EUA importou apenas 41 toneladas de ovos e gastou US\$ 36.535, volume e valores 82,9% e 90,9% menores que aqueles de igual mês de 2024 (volume: 240 toneladas e US\$ 403.200). Em resumo, a análise sugere que a tarifa americana conseguiu reduzir o volume físico de ovos exportado.

Diante dessa realidade adversa, os volumes exportados de ovos seguem em ritmo elevado frente ao praticado nos anos anteriores, agora, com novos destinos de alto valor agregado, o que vem favorecendo a rentabilidade dos embarques, segundo visão da ABPA.

PERSPECTIVAS - De acordo com as projeções da ABPA, a produção brasileira de OVOS deverá atingir até 62,250 bilhões de unidades em 2025, número 7,9% superior ao

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

total registrado em 2024, que foi de 57,683 bilhões de unidades. Para 2026, espera-se nova expansão, com até 66,5 bilhões de unidades produzidas, o que representa alta de 6,8% sobre o ano anterior.

As exportações do setor devem alcançar até 40 mil toneladas em 2025, o que representa um crescimento de 116,6% em relação às 18.469 toneladas embarcadas em 2024. Para 2026, a expectativa é de novos avanços, com até 45 mil toneladas exportadas, 12,5% a mais que o volume previsto para este ano.

Já o consumo per capita deverá passar de 269 unidades por habitante em 2024 para 287 unidades em 2025 (+6,7%) e 307 unidades em 2026 (+7% sobre o ano anterior).

PERUS

Med. Veterinário Roberto Carlos Andrade e Silva

No Brasil, a produção de carne de peru e seus derivados é liderada por duas empresas: MBRF (nome da nova gigante do setor de alimentos, criada pela fusão das empresas Marfrig e BRF, da qual deriva a sigla) e JBS S.A, com suas estruturas presentes no Rio Grande do Sul (JBS S.A), Santa Catarina e Paraná (MBRF).

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), em 2024, a produção brasileira de carne de peru foi de 127,36 mil toneladas, 4,4% menor que a alcançada no ano anterior (133,29 mil toneladas). Historicamente,

a produção de peru no Brasil vem apresentado flutuações, tendo caído significativamente de 390,48 mil toneladas em 2017 para os patamares atuais.

Os Estados da Região Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), são responsáveis por praticamente 100% da produção de carne de peru brasileira.

A disponibilidade interna per capita de carne de peru no Brasil tem mostrado uma tendência de queda nos últimos anos, passando de 0,555 kg em 2020 para 0,297 kg em 2024.

No ano de 2024, exportou-se 64 mil toneladas (- 8,6%), gerando receita cambial de US\$ 154 milhões (- 23,4%), números abaixo daqueles do ano anterior (volume: 70 toneladas e receita: US\$ 201 milhões). Da produção total nacional (127,36 mil toneladas) 50,38 % foram exportadas e 49,62%, mantiveram-se no mercado interno.

Considerando o perfil dos produtos exportados, a realidade foi a seguinte (% e toneladas): cortes (90,51% / 58.072), industrializados (5,65% / 3.624) e inteiros (3,84% / 2.464).

Tendo-se em vista os três estados da federação brasileira, criadores de perus, a participação na exportação, em 2024, ficou nos seguintes patamares (% e toneladas): Paraná (21,30% e 8.692), Rio Grande do Sul (35,57% e 22.792) e Santa Catarina (43,06% e 27.594).

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

Em 2024, a exportação de produtos cárneos de peru, alcançaram 94 mercados mundo afora, performando com a seguinte distribuição (% e toneladas): UE [27: 3,55% e 8.692], América (36,87% e 23.658), Europa [Extra UE: 5,66% e 3.634], África (32,82% e 21.064), Oceania (0,51% e 330) e Oriente Médio (8% e 5.131).

2025 - De acordo com o Agrostat Brasil, nos onze meses de 2025, as empresas brasileiras exportaram 59.178 toneladas de carne de peru, resultando em uma receita de US\$ 188,369 milhões em divisas. Essa performance representa uma alta de 1,3% em volume e de 33,7% em receita cambial, em comparação ao ano anterior (58.423 toneladas e US\$ 140,840 milhões em receita).

Nos onze meses de 2025, os principais Estados exportadores foram: Santa Catarina em primeiro lugar, com US\$ 90,112 milhões e 26.527 toneladas; seguido pelo Rio Grande do Sul, com US\$ 53,866 milhões e 18.8085 toneladas; e na terceira colocação o Paraná, com US\$ 43,757 milhões e 13.586 toneladas. No ano anterior, os três Estados da região Sul tiveram a seguinte performance: Santa Catarina (US\$ 57,908 milhões e 24.989 toneladas); Rio Grande do Sul (US\$ 54,497 milhões e 20.969 toneladas); e Paraná (US\$ 28,302 milhões e 12.425 toneladas). Comparativamente a igual período do ano anterior, esses Estados

registraram o seguinte desempenho nas exportações de carne de peru (volume): Paraná (+ 9,3%), Rio Grande do Sul (- 10,3%) e Santa Catarina (+ 6,2%). Já em termos de receita cambial a performance foi a seguinte: Paraná (+ 54,6%), Rio Grande do Sul (- 1,2%) e Santa Catarina (+ 55,6%).

Da quantidade total exportada até novembro do ano corrente (59.178 toneladas e US\$ 188,369 milhões), 95,6% corresponderam a produtos "in natura" (56.560 toneladas e US\$ 180,5921 milhões). O restante, 4,4%, foram produtos industrializados (2.618 toneladas). O preço médio da carne de peru "in natura" (95,6% do total exportado) foi de US\$ 3.192,93 por tonelada, 35,4% maior que o valor médio de US\$ 2.373,11 por tonelada em igual período do ano anterior.

Assim, a exportação total de produtos "in natura" resultou 2% maior de janeiro a novembro de 2025 frente a igual período de 2024, enquanto que a receita cambial cresceu 37,2% (2025: US\$ 180,592 milhões e 56.560 toneladas e 2024: US\$ 131,629 milhões e 55.467 toneladas).

Os principais destinos das exportações de carne de peru nos onze meses de 2025 foram (toneladas e milhões): México (16.315 toneladas e US\$ 69,478 milhões), Chile (6.974 toneladas e US\$ 27,781 milhões), África do Sul (5.032 toneladas e US\$ 8,115 milhões), Reino Unido (3.238 toneladas e US\$ 20,884 milhões), e Peru

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

(3.238 toneladas e US\$ 6,763 milhões). Em relação a igual período do ano anterior deu-se o seguinte desempenho, em termos de volume adquirido, entre os cinco principais países importadores (volume): México (+ 66%), Chile (- 0,6%), África do Sul (- 47,2%), Reino Unido (+ 27,7%), e Peru (+ 13,5%). Entretanto, quando se analisa o ingresso de divisas externas, a performance dos cinco é a seguinte: México (+ 133,2%), Chile (+ 39,5%), África do Sul (- 39,9%), Reino Unido (+ 111,7%), e Peru (+ 39%). Outros cinco importantes importadores de carne de peru, são: Países Baixos (2.762 toneladas e US\$ 13,711 milhões), Benin (2.755 toneladas e US\$ 4,614 milhões), Guiné Equatorial (2.737 toneladas e US\$ 4,734 milhões), Gabão (2.077 toneladas e US\$ 3,762 milhões), e Gana (1.228 toneladas e US\$ 1,918 milhões).

MEL

Med. Veterinário Roberto Carlos Andrade e Silva

Segundo Agrostat Brasil - Mapa, nos onze meses de 2025 as empresas nacionais exportaram 32.545 toneladas de mel “in natura”, volume 6,5% menor do que aquele obtido em igual período de 2024 (34.790 toneladas). O faturamento em dólares foi de US\$ 109,750 milhões, 20,5% maior que em igual período de 2024 (US\$ 91,061 milhões). O preço médio nacional do mel alcançou o valor foi de US\$ 3.372,26 por tonelada (US\$ 3,37/Kg), 29,2%

maior que o valor médio de igual período de 2024 (US 2.617,46/tonelada (US\$ 2,62/Kg).

O Estado do Paraná no acumulado dos onze meses do ano corrente, ocupou a terceira posição no ranking da exportação de mel natural (receita cambial: US\$ 19,489 milhões, volume: 5.811 toneladas e preço médio: US\$ 3,35/kg). No ano anterior, em igual período, foi exportado 3.620 toneladas, faturando-se US\$ 9,368 milhões, a um preço médio de US\$ 2,59/kg.

Em primeiro lugar desponta o Estado de Minas Gerais (US\$ 23,736 milhões, 6.993 toneladas e preço médio: US\$ 3,39/kg), sendo que no ano anterior exportou: 6.661 toneladas, faturou US\$ 10,070 milhões e teve preço médio de US\$ 2,71/kg. Na segunda colocação vem o Estado do Piauí (US\$ 21,465 milhões, 6.504 toneladas e preço médio: US\$ 3,30/kg), sendo que no ano anterior exportou: 9.606 toneladas, faturou US\$ 24,261 milhões e teve preço médio de US\$ 2,53/kg. Em quarto lugar, vem o Estado de Santa Catarina (US\$ 15,735 milhões, 4.612 toneladas e preço médio: US\$ 3,41/kg). No ano anterior exportou: 5.036 toneladas, faturou US\$ 13,028 milhões e teve preço médio de US\$ 2,59kg. Em quinto lugar, vem o Ceará (US\$ 9,322 milhões, 2.674 toneladas e preço médio: US\$ 3,49/kg). No ano anterior exportou: 2.149 toneladas, faturou US\$ 6,126 milhões e teve preço médio de US\$ 2,85kg. Os demais principais exportadores de mel são: São Paulo, com US\$ 6,707 milhões em receita e 1.975

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

toneladas; Rio Grande do Sul, com US\$ 4,694 milhões em receita e 1.410 toneladas; e Bahia, com US\$ 4,047 milhões em receita e 1.205 toneladas.

O principal destino para o mel brasileiro exportado nos onze meses de 2025 (84,8% de todo volume exportado: 32.545 toneladas), continuou sendo os Estados Unidos da América (EUA): volume de 27.606 toneladas, receita cambial de US\$ 92,806 milhões e preço médio de US\$ 3,36/kg. No ano anterior importou 27.629 toneladas, gastou US\$ 71,545 milhões e pagou um preço médio de US\$ 2,59/kg.

Junto com os EUA, outros principais países importadores do mel brasileiro incluem o Canadá, com US\$ 8,433 milhões em receita e 2.492 toneladas importadas; a Alemanha, com US\$ 3,695 milhões em receita e 1.047 toneladas importadas; o Reino Unido, com US\$ 2,590 milhões em receita e 793 toneladas importadas; e Países Baixos, com US\$ 976.664 em receita e 299 toneladas importadas. E além desses, ainda importam mel do Brasil: a Austrália, com US\$ 217.112 em receita e 81 toneladas importadas; a Bélgica, com US\$ 201.695 em receita e 60 toneladas importadas; a Áustria, com US\$ 72.598 em receita e 20,5 toneladas importadas; Israel, com US\$ 274.152 em receita e 99,7 toneladas importadas; Itália, com US\$ 99.136 em receita e 14,6 toneladas importadas; China, com US\$ 117.102 em receita e 11,7 toneladas importadas; Japão, com US\$ 90.715 em receita

e 3,7 toneladas importadas.; Libéria, com US\$ 28.319 em receita e 3 toneladas importadas; e Ilhas Marshal, US\$ 20.407 em receita e 2,4 toneladas importadas.

No dia 9 de julho de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre inúmeros produtos provenientes do Brasil, a vigorar a partir de 6 de agosto, fato que atingiu em cheio fortemente a apicultura, na medida em que os EUA é grande importador de produtos apícolas brasileiros, especialmente o mel.

No mês de agosto do ano corrente, os EUA importou 2.941 toneladas de mel e gastou US\$ 10,675 milhões, volume e valores, 25% e 76,1% maiores que aqueles de igual mês de 2024 (volume: 2.352 toneladas e US\$ 6,062 milhões), sugerindo antecipação de compras por parte dos importadores norte-americanos. No mês de setembro o impacto negativo da sobretaxa sobre apicultura mostrou-se evidente. Os EUA importaram 2.338 toneladas de mel e gastaram US\$ 8,448 milhões, volume 19% menor, porém gastos 11,4% maiores que aqueles de igual mês de 2024 (Volume: 2.885 toneladas e US\$ 7,885 milhões). Volume menor, mas receita cambial com a exportação do mel para os EUA maior, decorreu do aumento de 37,4% no preço médio da tonelada do mel brasileiro (2025: US\$ 3.613,45 e 2024: 2.629,07). No mês de outubro, o efeito adverso do “tarifaço” sobre apicultura brasileira

Boletim Conjuntural Semana 51/2025 – 18 de dezembro de 2025

continuou. Os EUA importaram 1.643 toneladas de mel e gastaram US\$ 5,502 milhões, volume 1,1% menor, porém gastos 20,3% maiores que aqueles de igual mês de 2024 (Volume: 1.660 toneladas e US\$ 4,572 milhões). Novamente, a receita cambial maior, apesar do volume ligeiramente menor, é resultado do aumento de 21,6% no preço médio da tonelada do mel brasileiro (US\$ 3.348,95 em 2025 vs. US\$ 2.754,26 em 2024).

Em novembro, os EUA anunciou a retirada da tarifa de 50% de diversos produtos brasileiros; porém, o café solúvel, a uva, o mel e os pescados, ainda continuam sendo taxados em 50% nos Estados Unidos da América (EUA). Vale lembrar que a primeira medida, no dia 14/11, retirou a tarifa recíproca de 10%, imposta em abril, para cerca de 200 produtos alimentícios de diversos países. A segunda, no dia 20/11, foi direcionada ao Brasil e suspendeu a sobretaxa de 40%, anunciada em julho, para mais de 200 produtos, que foram acrescentados à lista anterior de quase 700 exceções ao tarifaço.

Sob a continuidade da tarifa de 50%, em novembro, os EUA importaram apenas 1.433 toneladas de mel, gastando US\$ 3,160 milhões. Eses valores representam uma queda acentuada em relação a novembro de 2024 (3.862 toneladas e US\$ 10,455 milhões): 62,9% menor em volume e 69,9% menor em gastos.

O setor apícola está preocupado, pois a continuidade das compras sob o "tarifaço" tende a pressionar os preços para baixo, um fato já evidente. O preço médio por tonelada atingiu US\$ 2.204,90 em novembro de 2025, uma queda de 18,6% em relação a novembro de 2024 (US\$ 2.707,12).

O segmento apícola nacional torce para que as negociações bilaterais entre Brasil e EUA continuem, e o tarifaço de 50% sobre o mel seja retirado o quanto antes. Segundo a representação da Associação Brasileira dos Exportadores de Mel (Abemel), além do tarifaço de 50%, o mel brasileiro já estava sujeito a uma taxa de importação de 8,04% nos EUA.